



APOSENTAR É NOSSO DIREITO, RESISTIR E LUTAR É NOSSO DEVER

Só ganhando as ruas, com uma grande paralisação nacional no dia 8 de março, será possível derrotar a agenda radical de Temer que visa destruir a previdência e a CLT, afetando principalmente as mulheres.

Mais do que nunca, o Dia Internacional da Mulher este ano será de conscientização e mobilização das mulheres. Está prevista para o dia 8 de março uma grande paralisação nacional contra as reformas trabalhista e previdenciária de Temer, que se forem aprovadas, retiram direitos históricos da classe trabalhadora, especialmente das mulheres.

Hoje, elas podem solicitar aposentadoria integral com 30 anos de contribuição e 60 anos de idade. Ou pelo fator 85, que representa a soma de todas as contribuições mais a idade. Assim como pelo tempo mínimo de 15 anos de contribuição e 60 de idade. Neste caso, o benefício não é integral.

Mas se a proposta de reforma da previdência de Temer for aprovada pelos deputados e senadores, o tempo mínimo para benefícios proporcionais será de 25 anos de contribuição e 65 de idade.

Para obter aposentadoria integral, as mulheres terão que ter 65 anos de idade e 49 anos de contribuição. Ou seja, vão trabalhar cinco anos a mais e ter o tempo de contribuição aumentado em 19 anos, ficando igual ao dos homens.

Mas na prática, as mulheres já trabalham mais do que os homens. Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que deve ser divulgado nos próximos dias, a média da soma das jornadas de trabalho semanal remuneradas e as não remuneradas (como as tarefas do lar) é de 55 horas no caso das mulheres. A dos homens é de 47. Ou seja, uma diferença de oito horas a mais de trabalho por semana para elas.

Por isso, a idade única de 65 anos para homens e mulheres é injusta, uma vez que elas se dedicam a mais horas de trabalho do que eles. Nesse sentido, a idade mínima diferenciada de cinco anos a menos para se aposentar é exatamente o tempo das oito horas semanais não remuneradas ao longo da vida laboral das mulheres. Trata-se de um ajuste para reparar uma injustiça.

Mas na perspectiva do governo Temer, as mulheres têm que trabalhar mais. E pior, a grande maioria das trabalhadoras morrerá antes mesmo de se aposentar. E aquelas que conseguirem chegar ao fator 49/65 terão pouquíssimo tempo de vida para usufruir do benefício acumulado durante toda a vida de trabalho.

Caso a reforma trabalhista de Temer também seja aprovada no Congresso Nacional, as mulheres terão a jornada de trabalho semanal aumentada, piorando ainda

mais a qualidade de vida.

Se aprovada, a jornada de trabalho passa das atuais 44 horas semanais para 60. Dessa forma, na média, a vida laboral das mulheres nas jornadas remuneradas e não remuneradas será de 68 horas.

Por isso, as mulheres (com o grande apoio dos homens) precisam resistir e lutar contra essa desconstrução promovida pelo governo Temer nos direitos previdenciário e trabalhista.

Participe da paralisação nacional! A manutenção dos nossos direitos só será possível se ganharmos as ruas, com uma grande manifestação popular. Com concentração no Museu Nacional às 17h.

Contamos com você!

